

NOTA TÉCNICA

Em 28/09/09, o SINDIFISCO, através de sua Assessoria Jurídica, impetrou Mandado de Segurança postulando que o Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais responda ao requerimento feito pelo Sindicato acerca da concessão de regimes especiais para diversos contribuintes; cancelamento de PTAs e fechamento dos postos.

Tendo em vista que o requerimento foi protocolizado pelo SINDIFISCO em 17/08/09 e até a presente data não houve resposta, restou configurada a violação ao direito líquido e certo do sindicato em obter os esclarecimentos buscados.

O fundamento desta ação se baseia no amplo direito de petição assegurado pela Constituição da República, bem como no artigo 1º, da Lei Federal 9.051/95, que assegura o direito dos interessados obterem os esclarecimentos solicitados no prazo de 15 dias.

O processo recebeu o nº 10000095069076000, tendo como Relator o Desembargador Almeida Melo.

Em 02/10/09, o Desembargador Relator determinou a intimação do Advogado Geral do Estado, para se manifestar em 72 (setenta e duas) horas acerca do pedido liminar.

Após esta manifestação do Advogado Geral do Estado de Minas Gerais é que o Desembargador Relator apreciará o pedido de liminar.